

CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CERH
Minuta ATA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CERH

Data: 22/04/2026	Local: Auditório Palácio da Fonte Grande – Centro - Vitória
Início: 14h00min	Término: 16h00min
Pauta: 1. Verificação de quórum e abertura da sessão; 2. Posse dos Conselheiros do Biênio 2026/2027; 3. Aprovação da Ata da última reunião; 4. Análise e Definição quanto à indicação de 02 (dois) representantes para compor a Junta Administrativa de Recursos de Infrações ao Meio Ambiente - Jari Ambiental, sendo 01 (um) representante do Setor de Usuários e 01 (um) representante da Sociedade Civil Organizada de Recursos Hídricos, em cumprimento a Lei Complementar nº 1.116/2025, Processo E-DOCS 2025- JLG0V - Requerente: SEAMA 5. Apresentação e Deliberação dos Formulários de Autoavaliação e Autodeclaração das Metas de Gerenciamento Estadual do PROGESTÃO - 3º ciclo, e apresentação do Quadro de Desembolsos dos Recursos do Programa, referentes ao ano de 2025. Processo E- Docs 2023-RZS64 - Requerente: AGERH/PROGESTÃO; 6. Assuntos Gerais; 7. Encerramento.	

2 MEMBROS PRESENTES:

- 3 • Cons. Suplente – José Roberto Jorge (**SEAMA**)
- 4 • Cons. Titular – Claudio Marcelo Bernardes de Souza (**SEAG**)
- 5 • Cons. Titular – Sergio Henrique Vieira Rabello (**SEDURB**)
- 6 • Cons. Titular – Eduarda Sader Rezende (**SEDES**)
- 7 • Cons. Suplente – Paula de Paula Mattos (**SEDES**)
- 8 • Cons. Suplente - Carlos Roberto Brandão Locatelli (**SESA**)
- 9 • Cons. Suplente – Antônio Sérgio Ferreira Mendonça (**UFES**)
- 10 • Cons. Titular – Aurélio Azevedo Barreto Neto (**IFES**)
- 11 • Cons. Suplente – Marcela Lopes Barros de Oliveira (**AMUNES**)
- 12 • Cons. Titular – Jennifer Santos Coronel (**FINDES**)
- 13 • Cons. Titular - Murilo Antônio Pedroni (**FAES**)
- 14 • Cons. Titular - André Luiz Sefione (**CESAN**)
- 15 • Cons. Titular – Marcelo Poltronieri (**EDP- Espírito Santo**)
- 16 • Cons. Suplente – Derielle Valeriotte Alvarenga (**EDP- Espírito Santo**)
- 17 • Cons. Titular – Almir Bressan Junior (**FECOMÉRCIO**)
- 18 • Cons. Titular - Victor Athayde Silva (**SINDIROCHAS**)
- 19 • Cons. Titular - Weber Alves da Rocha (**ASSOCIAÇÃO ECOLÓGICA FORÇA VERDE**)
- 20 • Cons. Suplente – Iberê Sassi (**ASSOCIAÇÃO ECOLÓGICA FORÇA VERDE**)
- 21 • Cons. Suplente – Herval Nogueira Junior (**CRIARTE**)
- 22 • Cons. Titular – Egnaldo Andreatta (**FETAES**)

- 23 • Cons. Titular – Maria Helena Alves **(ABES)**
- 24 • Cons. Titular – Livia Luchi Rabello **(APEA-ES)**
- 25 • Cons. Titular – Ana Eloisa Sorrilha **(CBH ITAPEMIRIM)**
- 26 • **CONVIDADOS**
- 27 • Solange Cardoso Malta Nogueira - AGERH
- 28 • Gizella B. Igreja - AGERH
- 29 • Caroline Ornélas Pereira – AGERH
- 30 • Ronaldo Montalvão – AGERH

31 **SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO:**

- 32 • Rafael Schneider Correa (Secretário Executivo)
- 33 • Cintia B. Jacobsem (Coordenadora Jurídica)
- 34 • Elene Zavoudakis (Coordenadora Técnica)

35 **PONTO I - VERIFICAÇÃO DE QUÓRUM E ABERTURA DA SESSÃO;**

36 O Secretário Executivo, Sr. Rafael Schneider Correa, inicia a reunião apresentando-se aos presentes e
37 também a sua equipe, as Coordenadoras Jurídica e Técnica, respectivamente Sr.^a. Cintia Jacobsem e
38 Sr.^a Elene Zavoudakis, informa que presidirá a sessão em substituição ao Secretário de Estado e
39 Presidente do CERH, Sr. Victor Ricciardi Rocha, que possui ausência justificada devido a conflito de
40 agendas. Ele então saúda a todos, solicita a compreensão dos Conselheiros por ser sua primeira
41 atuação no cargo de Secretário Executivo, e declara aberta a sessão confirmando a existência de
42 quórum regulamentar, registrando o total de 20 (vinte) instituições presentes para este início do
43 biênio 2026/2027, e passa para o próximo ponto de pauta.

44 **PONTO II - POSSE DOS CONSELHEIROS DO BIÊNIO 2026/2027;**

45 O Presidente da reunião, Sr. Rafael Schneider Correa, informa que a posse dos Conselheiros ocorre
46 mediante a assinatura da folha de posse disponibilizada na entrada do Auditório. Para fins de registro
47 em ata, o Sr. Rafael Correa realiza a leitura formal do Termo de Posse, fundamentado na Lei Estadual
48 nº 10.179/2014 e decretos vigentes, declarando oficialmente empossados os Conselheiros para o
49 biênio 2026/2027, ressaltando que as instituições ausentes formalizarão a assinatura via sistema E-
50 DOCS posteriormente, e passa para o próximo ponto de pauta.

51 **PONTO III - APROVAÇÃO DA ATA DA ÚLTIMA REUNIÃO;**

52 Ata da reunião ocorrida em 09/12/2025 aprovada pela maioria dos membros, com uma abstenção
53 (SEDES).

54 **PONTO IV - ANÁLISE E DEFINIÇÃO QUANTO À INDICAÇÃO DE 02 (DOIS) REPRESENTANTES PARA** 55 **COMPOR A JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES AO MEIO AMBIENTE - JARI** 56 **AMBIENTAL, SENDO 01 (UM) REPRESENTANTE DO SETOR DE USUÁRIOS E 01 (UM) REPRESENTANTE** 57 **DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA DE RECURSOS HÍDRICOS, EM CUMPRIMENTO A LEI** 58 **COMPLEMENTAR Nº 1.116/2025, PROCESSO E-DOCS 2025- JLG0V - REQUERENTE: SEAMA**

59 O Presidente da reunião, Sr. Rafael Schneider Correa, introduz a pauta relativa à Lei Complementar
60 nº 1.116/2025, solicitando a indicação de instituições para comporem a Junta Administrativa de
61 Recursos de Infrações ao Meio Ambiente (JARI Ambiental), sendo uma vaga para o setor de Usuários
62 e outra para a Sociedade Civil. O Sr. André Sefione /CESAN e o Sr. Herval Nogueira Junior/CRIARTE
63 questionam o motivo de uma nova indicação, visto que esses Colegiados já haviam sido formados no
64 ano anterior. O Sr. Rafael Correa e a Coordenadora Jurídica, Sra. Cintia Jacobsem, esclarecem que as
65 indicações anteriores se extinguíram com o fim do biênio 2024-2025, fazendo-se necessária uma nova
66 eleição em decorrência do atual biênio (2026-2027). O representante da CRIARTE questiona também
67 sobre o pagamento de jetom, sendo confirmado pelo Presidente da reunião que a participação na
68 JARI prevê tal remuneração, condicionada ao cumprimento dos requisitos e prazos legais. Aberta a

eleição para o setor de Usuários, candidatam-se as instituições CESAN e FECOMÉRCIO. Realizada a votação exclusiva entre os pares do segmento, a CESAN é eleita por maioria dos votos (2 votos x 1 FECOMÉRCIO). Para a vaga da Sociedade Civil, a instituição APEA-ES candidata-se de forma exclusiva, sendo aclamada sem necessidade de votação nominal. O Sr. Rafael Schneider Correa orienta as instituições eleitas a enviarem ofício formalizando os nomes dos membros titulares e suplentes que cumpram os requisitos de formação superior para posterior nomeação via decreto governamental, e passa-se ao próximo ponto de pauta.

PONTO V - APRESENTAÇÃO E DELIBERAÇÃO DO FORMULÁRIO DE AUTOAVALIAÇÃO DAS METAS DE GERENCIAMENTO ESTADUAL DO PROGESTÃO - 3º CICLO, REFERENTE AO ANO DE 2023. PROCESSO E-DOCS 2023-RZS64 - REQUERENTE: AGERH/PROGESTÃO;

Antes de iniciar as apresentações deste ponto de pauta, o Presidente da reunião registra a chegada e a integração ao plenário do Conselheiro Victor Athayde Silva, representante titular do SINDIROCHAS. O Sr. Rafael Correa passa a palavra à equipe da AGERH e a servidora Sr.^a Gizella Igreja inicia a apresentação acompanhada da Diretora Administrativa e Financeira, Sr.^a Solange Malta, do Gerente Financeiro, Sr. Ronaldo Montalvão, e da servidora Sr.^a Caroline Ornélas, que compõem a mesa técnica para suporte institucional e prestação de esclarecimentos. A Sr.^a Gizella contextualiza os Conselheiros sobre o Programa Progestão, que se encontra no seu 3º ciclo, e no qual o Espírito Santo está enquadrado na tipologia "C" de complexidade de gestão. Informa ainda que, na recente avaliação, a Agência Nacional de Águas (ANA) adotou um rigor maior, o que resultou em uma leve queda na nota do Estado, motivando reuniões de alinhamento para reverter o panorama. Ao expor o Formulário de Autoavaliação, a servidora destaca dois itens em que o Estado não atingiu o nível mínimo pactuado: Agências de Água/Bacia: O nível pactuado era 4, mas o alcançado foi 1 (inexistência de agências instaladas). O Diretor Técnico da AGERH, Sr. José Roberto Jorge/SEAMA, esclarece que a Agência, no cenário atual, não dispõe de estrutura administrativa e orçamentária suficiente para exercer, de forma isolada, as funções de Agência de Bacia. Destaca, contudo, que a publicação do Decreto Estadual nº 6.349-R, de 23 de março de 2026, que regulamenta o procedimento de delegação das funções de Agência de Bacias no Espírito Santo, representa um importante avanço institucional. Ressalta, ainda, que o referido decreto possibilitará à AGERH promover edital de chamamento para seleção de Agências Delegatárias, fortalecendo a capacidade técnica e operacional da gestão de recursos hídricos no Estado. Sobre a questão da variável Alocação Negociada de Água, o nível pactuado era 3, mas o alcançado foi 2 e o Sr. José Roberto Jorge/SEAMA explica que os acordos comunitários foram fortes durante a crise hídrica (2015/2016), mas que agora perderam força, e informa que a AGERH está reestruturando o Núcleo de Gestão Compartilhada para retomar a alocação negociada na resolução de conflitos, o que melhorará a nota na próxima avaliação. Finalizada a apresentação dos Formulários, inicia-se uma rodada de questionamentos e o Sr. André Sefione/CESAN solicita o retorno ao primeiro quadro projetado para compreender melhor a escala de pontuação (de 1 a 5) e destaca que a "alocação negociada" foi a única variável operacional abaixo da meta. O Sr. Antônio Sérgio Mendonça/UFES indaga sobre a nota máxima (nível 5) atingida na variável "Infraestrutura de Dados Espaciais", e o Sr. José Roberto Jorge/SEAMA explica que a pontuação se deve à integração das bases de dados com o Instituto Jones dos Santos Neves, ao CAR do IDAF e ao lançamento do novo sistema "Hidro", que disponibiliza dados de monitoramento qualitativos e suporte à outorga. O representante da UFES questiona ainda como o Estado atingiu nota máxima (nível 5) na variável de "Cobrança" e o Sr. José Roberto Jorge esclarece que a pontuação máxima foi alcançada porque o Estado já possui deliberações de cobrança implementadas efetivamente nas bacias do Jucu e Guandu e, mediante o Decreto nº 6.184-R/2025, instituiu a cobrança em praticamente todas as bacias do Estado. A Conselheira Maria Helena Laves/ABES pergunta se a AGERH se estruturando como agência de bacia melhoraria a nota ou se cada comitê precisaria ter a sua. O Diretor Técnico da AGERH manifesta que o modelo ideal e sustentável é a delegação via edital para entidades externas (Agências Delegatárias), e que o rateio de uma mesma delegatária para várias bacias reduziria os altos custos administrativos, permitindo que o recurso fosse efetivamente investido em ações nas bacias. O Sr. Antônio Sérgio Mendonça/UFES corrobora a visão, refletindo sobre o modelo francês e questionando a expectativa do número de agências. O

Diretor da AGERH concorda que agências para bacias muito pequenas são inviáveis financeiramente, havendo, inclusive, a expectativa de unificação de alguns comitês (ex: Benevente e Rio Novo) para otimizar a gestão. O Sr. André Sefione /CESAN faz uma crítica contundente à operacionalização da cobrança por parte da AGERH. Relata que o atraso na liberação do sistema para a declaração de vazões pelos usuários postergou a emissão dos boletos para o segundo semestre, gerando cobranças retroativas e acumuladas que desestabilizam gravemente o planejamento financeiro da CESAN. O Sr. José Roberto Jorge acolhe a crítica, reconhecendo a morosidade, e assegura que a gerência responsável já atua para antecipar a disponibilização do sistema e a emissão das cobranças nos próximos ciclos. Superados os debates sobre as metas, a Sr.ª Gizella Igreja passa à apresentação do Formulário de Autodeclaração (Metas de Investimento), informando que o Estado aplicou cerca de 1 (um) milhão de reais em ações como os kits de tratamento de efluentes em Vargem Alta e Cachoeiro de Itapemirim, além do monitoramento quali-quantitativo com empresas contratadas, superando o teto exigido pela ANA para o recebimento de repasses. O Sr. Antônio Sérgio Mendonça/UFES questiona o motivo de o valor registrado com diárias para "Inovação e Pesquisa" ser muito baixo. O Sr. José Roberto explica que os grandes projetos de pesquisa (como o SISPLAN e o projeto de Segurança Hídrica) já possuem verbas próprias garantidas por meio de editais e parcerias com a FAPES. O Conselheiro representante da UFES também indaga se os gastos com "Segurança de Barragens" se referem a entes públicos ou privados. O Sr. José Roberto responde tratar-se da fiscalização de barragens públicas estaduais cuja manutenção foi transferida para as prefeituras. Dando prosseguimento, a Sr.ª Gizella Igreja apresenta o Quadro de Desembolsos dos Recursos do Programa. Informa que o valor do gasto total em 2025 e explicita que a maior parcela desse recurso foi destinada ao custeio de oito contratos de servidores de Designação Temporária (DTs). Ela aponta que o Estado tem dificuldade crônica em cumprir a regra da ANA de gastar 50% dos recursos acumulados, pois precisa manter saldo em caixa (superávit) para honrar os contratos vigentes frente aos constantes atrasos de repasses federais. Neste momento, o Gerente Financeiro da AGERH, Sr. Ronaldo Montalvão, toma a palavra e explicita o quadro de fluxo de caixa. Ele relata que a parcela do Progestão prevista para o ano passado simplesmente não foi depositada pela ANA até a presente data. Por conseguinte, a AGERH precisou recorrer ao superávit financeiro de exercícios anteriores para evitar a interrupção dos serviços. Ele ressalta a necessidade de extrema cautela financeira para não esgotar as reservas, garantindo a folha de pagamento dos DTs e os contratos de locação de frota. O Diretor Técnico da AGERH, Sr. José Roberto Jorge/SEAMA, complementa a explicação detalhando o panorama político-administrativo causador do déficit. Ele explicita que a ANA sofreu pesados cortes orçamentários em nível federal, o que gerou não apenas o atraso, mas a redução impositiva do contrato e informa que o Estado do Espírito Santo, que receberia R\$ 1,4 milhão, assinará um termo aditivo ao Contrato imposto pela ANA reduzindo em quase metade o valor do teto do repasse. Diante do risco iminente de colapso nos contratos dos DTs, o Diretor explicita que a presidência da AGERH já provocou a Secretaria de Estado de Planejamento requerendo a liberação de crédito suplementar estadual para manter as equipes técnicas e honrar a folha de pagamento. Finalizados os debates e os esclarecimentos técnicos e financeiros prestados pela AGERH, e não havendo mais manifestações ou questionamentos, o Presidente da reunião, Sr. Rafael Correa, submete os Formulários de Autoavaliação, Autodeclaração e o Quadro de Desembolsos à apreciação do colegiado. Colocado em votação, o pleito é aprovado por unanimidade dos Conselheiros presentes, passando-se ao próximo ponto de pauta.

PONTO VI - ASSUNTOS GERAIS;

O Presidente da reunião abre para manifestações e o Sr. José Roberto (AGERH) agradece a parceria do CERH e coloca o auditório da AGERH à disposição para as futuras reuniões do Conselho. O Sr. André Sefione/CESAN sugere formalmente que a Secretaria Executiva passe a registrar em ata nominalmente todos os conselheiros presentes, ausentes justificados e não justificados, a fim de garantir maior transparência institucional. O Sr. Weber Rocha/ AFV denuncia uma grave devastação ambiental ocorrendo em área de nascente e manguezal no município de Guarapari (Una/Ferradura), cobrando postura mais enérgica do Estado e envio de força policial ao local. A Sr.ª Maria Helena Alves/ABES apoia a denúncia e sugere a criação de um procedimento para que o Conselho receba

173 formalmente o retorno das ações tomadas pelos órgãos de fiscalização. O Conselheiro Sr. Profº
174 Antônio Sérgio Mendonça/UFES faz um alerta técnico sobre a forte previsão de um fenômeno "Super
175 El Niño", lembrando os severos racionamentos industriais e desabastecimentos enfrentados nas
176 secas de 1997/1998 e 2014/2015 no Estado, exortando os órgãos de gestão a se prepararem
177 antecipadamente. O Presidente da reunião e Secretário Executivo Sr. Rafael Correa esclarece que o
178 calendário anual de reuniões não foi apresentado nesta sessão devido a dificuldades com a reserva
179 de auditórios e pelo período de transição da Secretaria, comprometendo-se a apresentá-lo no
180 próximo encontro, juntamente com a formalização da eleição para as Câmaras Técnicas, e passa para
181 o último ponto de pauta.

182 **PONTO VII - ENCERRAMENTO**

183 Não havendo mais assuntos a tratar, o Presidente da reunião, Sr. Rafael Schneider Correa, agradece
184 as valiosas contribuições de todos os Conselheiros e o apoio recebido em sua estreia na Secretaria
185 Executiva. Ele declara encerrada a reunião e, em seguida, todos os presentes são convidados para
186 um registro fotográfico da plenária no novo biênio.

187
188 Vitória/ES, em 22/04/2026.

189
190 **VICTOR RICCIARDI ROCHA**
191 **Presidente do CERH**

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

VICTOR RICCIARDI ROCHA
SECRETARIO DE ESTADO
SEAMA - SEAMA - GOVES
assinado em 26/08/2026 15:05:03 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 26/08/2026 15:05:04 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por RAFAEL SCHNEIDER CORREA (ASSESSOR ESPECIAL NIVEL IV QCE-03 - SECEX-CONSELHOS - SEAMA - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2026-2GG25G>